

As perspectivas da TV pública diante do avanço da Televisão Digital Interativa

Karla Rossana Francelino Ribeiro Noronha

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM/UFPB

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB

noronhkr18@yahoo.com.br

Resumo: A digitalização da TV e a interatividade podem ser ferramentas importantes para as TVs públicas exercerem um papel de inclusão social e digital por meio do entendimento e exercício da comunicação pública como mecanismo de mediação do poder público, aquele que é gerido pela sociedade. Então, podemos questionar as mudanças que podem ocorrer com a efetiva implantação da TV Digital nos governos, sociedade e mercado. A questão principal a se pensar é: qual o papel da TV pública perante as possibilidades proporcionadas pela interatividade? O objetivo deste trabalho é pensar como a TV pública diante das possibilidades tecnológicas e de produção de conteúdo pode exercer uma ferramenta de cunho social para atender ao interesse público e favorecer a existência de uma comunicação pública de fato.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Inclusão Social; TV Digital; TV Pública.

Introdução

Hoje, a televisão se apresenta com um meio de informação e entretenimento para cerca de 98% da população brasileira. Com o surgimento das tecnologias digitais, a televisão tem de ser repensada e reestruturada para conseguir oferecer uma demanda de conteúdos integrados às novas tecnologias. A digitalização da TV confere aos telespectadores maior poder sobre o que eles desejam assistir, pois este recurso tecnológico torna a televisão mais flexível e atrativa tanto em aspectos estéticos quanto em termos de produção de conteúdo.

As possibilidades de acesso à produção de conteúdo serão inúmeras se considerarmos as características e os recursos de interatividade mencionados neste trabalho. Através do controle remoto, será possível, por exemplo, acessar a internet, fazer downloads, assistir aulas e programas educativos ao mesmo tempo, permitindo ao usuário navegar pelo aplicativo na ordem que desejar e personalizar a TV de acordo com suas preferências.

Assim, as dimensões espacial e temporal, os aspectos estéticos e retóricos na TV Digital e a forma de navegação se ampliam, mudando a relação do público com a TV a partir do controle remoto, pois há uma construção lógica e não linear permitindo uma reflexão integral por parte do telespectador. O programa de TV deixa uma realidade sequencial e unilateral para uma realidade não-linear e interativa.

A possibilidade de controle e manipulação por meio de botões, menus ou ícones permite ao telespectador dialogar com um programa ao vivo, escolher um ângulo de câmera ou uma sequência de cenas para ter uma visão mais ampla do

contexto. Dessa forma, o usuário pode definir as informações disponíveis no ambiente com as quais deseja interagir.

É válido destacar que a TV Pública no Brasil será a porta de entrada para a implantação da TV Digital Interativa no Brasil, que enfrenta problemas de ordem política e econômica. Além disso, é importante pensar a comunicação pública que é realizada pela administração e observar como ela é utilizada na relação entre sociedade civil e Estado.

Portanto, neste artigo analisar-se-á inicialmente a estrutura da comunicação pública e das TVs públicas no Brasil. Em seguida, será feita uma abordagem acerca da digitalização das TVs públicas e do investimento em produção de conteúdo colaborativo para essas TVs, visando ao interesse da sociedade em colaborar com esta produção.

Será destacada também a importância que o Estado, na modernização do aparato tecnológico e de produção de conteúdo, mostrar a sociedade que uma TV Pública digital interativa e de qualidade pode existir. Além disso, temos que considerar também que a esfera pública é um produtor de conteúdo em potencial capaz de construir colaborativamente informação que possa atender às necessidades dos telespectadores (usuários).

Comunicação Pública

A comunicação pública é bastante confundida com a transparência pública e como um serviço de ouvidoria dos Estados e governos. Na verdade ela é a base do diálogo do interesse público e da cidadania. Através dela pode-se estabelecer uma troca de informação, uma via de mão dupla entre os diversos setores da sociedade, pois permite que a esfera

pública (sociedade civil) exerça um papel dialógico, participativo e ativo.

O Homem pode identificar-se enquanto sujeito de um processo e dentro deste consegue construir seus direitos. A comunicação pública “é a que fortalece o Estado, a democracia e a cidadania. É a que superpõe o compromisso do Estado com o interesse público [...] horizontaliza o diálogo” (HABERMAS apud PERDIGÃO, 2010, P.86).

Percebe-se, então, que a comunicação pública tem de ser uma troca de informação de interesse público com o objetivo de manter a relação entre cidadãos e governos. A comunicação pública “é o diálogo que assegura a validação dos discursos, a construção de consensos de opinião; e o protagonismo na esfera pública [...] empodera o cidadão a conhecer seus direitos, a criar novos direitos” (PERDIGÃO, 2010, P.104).

Portanto, podemos dizer que a comunicação pública viabiliza o acesso à informação, a construção de uma opinião pública fortalecida, valoriza os sujeitos interlocutores da sociedade civil. Assim, constroem-se novos processos dialógicos que favorecem os cidadãos através de um debate público.

Mas nós sabemos que, no Brasil, a comunicação pública está submetida a interesses de grupos ligados direta ou indiretamente à administração pública. Se todos tivessem um entendimento claro do conceito de comunicação pública seria mais fácil estabelecer políticas públicas de comunicação com objetivos realmente focados nos interesses da sociedade, o que favoreceria o diálogo e a melhoria dos serviços públicos no país.

Para as TVs públicas no Brasil, ela seria uma ferramenta para tornar o cidadão

mais participativo, um sujeito interessado em construir um debate mais horizontal que viabilize uma circulação de informação mais ampla. Porém, isto não acontece, o que torna a TV Pública no país incapaz de exercer seu papel fundamental de produzir informação com conteúdo para atender às necessidades do público. Podemos pensar na seguinte questão: como estabelecer os mecanismos e estratégias de participação do público na construção da programação e de conteúdo de uma TV pública?

Televisão Pública no Brasil

As TVs públicas no Brasil têm sua missão de utilização desviada. Como consequência desse processo a sociedade não enxerga a TV pública como um veículo de comunicação destinado ao interesse comum da sociedade. Então, deve-se destacar que ela tem um papel de inclusão social e digital de forma a tornar o telespectador um agente ativo e interativo, e que deve ser pautada com base na necessidade de conhecimento e informação da esfera pública.

“[...] a TV pública é cativa de interesse público. É a que, em tese, estimula o público a enxergar-se sujeito de direitos de comunicação e do direito a construir os demais direitos. É a que deve encorajar o público a interagir na esfera pública, a exercer a cidadania ativa e a democracia participativa (PERDIGÃO, 2010, p.130).”

Dessa forma, em 2007, o Brasil criou a Empresa Brasil de Comunicação com o objetivo de desenvolver um novo modelo de TV pública e uma nova comunicação pública. Visa ainda incluir o telespectador passivo nas novas tecnologias da informação e comunicação. Também criou a Rede Nacional de Comunicação Pública para integrar as TVs públicas afiliadas à TV Brasil e ampliar o alcance de informação e conhecimento para o público.

A TV Brasil, a TV pública do Governo Federal, vem numa perspectiva de desenvolver um novo poder público, midiático por uma nova TV pública, digital e interativa. Mas ela enfrenta um conflito entre um passado recente e um futuro que chegou com a televisão digital interativa. Este conflito pode ser descrito pelas dificuldades existentes para a modernização do aparato tecnológico (análogo), dos interesses econômicos e políticos inseridos na administração das TVs públicas e dos recursos limitados para a produção de conteúdo.

Mesmo com essas barreiras presentes, muitas TVs universitárias e comunitárias têm feito um esforço significativo para superar os entraves tecnológicos e econômicos e produzido conteúdo com informação de qualidade. Através da Rede

Nacional de Comunicação Pública, elas têm ganhado força para incrementar a programação, além de debaterem com o público sobre a melhoria de conteúdo e estrutura.

Destaca-se aqui a criação do Departamento de Comunicação Participativa e Colaborativa (DEPAC), com a missão de criar espaços de diálogo, de relacionamento e de construção coletiva de ações com a sociedade, a partir de projetos capazes de incluir a diversidade cultural, de opiniões e pontos de vista, além de ampliar os canais de participação direta dos cidadãos na elaboração da programação de seus diversos veículos de comunicação.

Como exemplo de participação e colaboração de produção de conteúdo o DEPAC criou o programa de TV dos pontos de cultura chamado de Ponto Brasil, a fim de estimular e articular projetos de produção direta da sociedade utilizando equipamentos de baixo custo. O programa tem como objetivo mostrar a diversidade cultural brasileira com quadros voltados para a cultura popular, música, produção audiovisual, tecnologias da informação e comunicação, economia solidária, patrimônio material e imaterial, memória etc..

Para realizar este trabalho, o DEPAC fez um mapeamento dos segmentos potenciais de colaboração e produção direta, capacitou os participantes para que eles pudessem produzir conteúdo através dos pontos de cultura; em seguida, as produções foram enviadas para a EBC para serem finalizadas e, depois, veiculadas uma vez por semana na TV Brasil.

Percebe-se, nesta experiência, que é possível estabelecer uma relação de colaboração com a sociedade para que ela produza conteúdo para as TVs públicas, ampliando o diálogo entre o serviço público de comunicação e o interesse dos cidadãos e cidadãs.

A iniciativa ainda se estende a oferecer um espaço aberto para contribuições jornalísticas em todos os estados brasileiros. Dessa forma, podemos desenvolver uma cultura social participativa que garanta a construção de uma TV pública de qualidade que acompanhe as mudanças tecnológicas, sociais e culturais da sociedade globalizada em que estamos inseridos.

TV Pública na era Digital

A interatividade impactou o paradigma da comunicação de massa, permitindo aos sujeitos a liberdade de utilização, inclusive para buscar novas alternativas de uso. Trata-se de um meio de comunicação interatuante, permitindo que as pessoas emitam e recebam informações, transformando o modo de agir e pensar das pessoas. A interatividade de um processo ou ação pode ser descrita como uma atividade mútua e simultânea da parte dos dois participantes, normalmente trabalhando em direção a um mesmo objetivo.

É importante considerarmos que o conceito e a aplicabilidade da interatividade devem evoluir junto à tecnologia a qual estão associados, mas sem deixar de lado a sua principal característica: a possibilidade da bidirecionalidade (fusão) do esquema emissor-receptor, permitindo ao telespectador interagir e interferir na programação da TV aberta.

“A bidirecionalidade diz respeito ao modo como a comunicação é arquitetada dentro do meio de comunicação, tendo em vista os dois polos da comunicação que são o emissor e o receptor. Ou seja, o funcionamento do meio de comunicação deve ser concebido a partir do princípio que diz: só existe comunicação a partir do momento em que não há mais nem emissor nem receptor e, a partir do momento em que emissor é potencialmente um receptor e todo receptor é potencialmente um emissor (SILVA, 1998, p. 9).”

Portanto, comunicação é bidirecionalidade entre os polos, emissor e receptor, ou seja, comunicação é troca entre codificador e decodificador, sendo que cada um codifica e decodifica ao mesmo tempo. A interatividade em conjunto com a digitalização das TVs públicas possibilita o aumento da democratização da televisão e cria uma nova plataforma de inclusão digital e social para a sociedade. Assim, podemos pensar na seguinte questão: como a TV pública digital poderá reconstruir a TV brasileira?

O primeiro passo seria produzir conteúdo voltado para as reais necessidades do telespectador, dando-lhe a oportunidade de interferir na construção de uma grade de programação com qualidade, na qual a sociedade também possa desenvolver a informação que quer assistir. Um segundo passo seria o estabelecimento de uma política pública de comunicação que assegure aos cidadãos criar os conteúdos da programação de forma colaborativa, o que garantiria uma programação de TV mais diversificada que possa apresentar a cultura de cada região do país. Na era das novas tecnologias e da interatividade, é fundamental que a TV pública exerça o seu papel de formadora de opinião, que ela trabalhe pela cidadania plena e que se torne um instrumento político para a sociedade.

É um novo espaço para a espontaneidade, o improviso e a autenticidade, sendo capaz de intensificar as relações sociais e dar voz aos milhões de excluídos do Brasil. As TVs universitárias e comunitárias podem ser o caminho mais curto para garantir a emancipação das comunidades que desejam desenvolver a diversidade cultural e estimular novas práticas de convivência e de atitude.

Então, como a TV pública pode esti-

mular a participação da sociedade na produção do conteúdo de sua programação? Um caminho para essa produção seria a abertura de editais de seleção de projetos que permitam às TVs comunitárias e universitárias obterem recursos para produzir os programas culturais e educativos, pois sua verba é reduzida. Além disso, TVs locais também podem colaborar com a diversidade de conteúdo ainda que tenham verbas reduzidas porque o custo dos equipamentos permite a produção de produtos audiovisuais com excelente qualidade e conteúdo, basta à comunidade ter criadores interessados e criativos.

Já citamos aqui o caso do programa Ponto Brasil, realizado através de diversos pontos de cultura. Seu diferencial “é a produção colaborativa com excelência estética, alcançada pela articulação dos grupos criadores durante toda a fase de produção e pela presença de um mediador com autoridade para organizar reuniões, catalisar processos criativos, fixar prazos e decidir sobre o formato final” (CANNITO, 2010, p.188).

Para CANNITO (2010, p. 191), “o objetivo da produção colaborativa, portanto, não é apenas divulgar a obra do realizador amador. É diversificar os programas para atender ao interesse do espectador”. Percebe-se que estimular a participação da sociedade nesse processo de digitalização de um meio de comunicação pública é importante para garantir o acesso à educação e informação de qualidade, além de incluir digital e socialmente as pessoas que estão distantes deste desenvolvimento tecnológico e também social. Nesse sentido, ainda há outra ferramenta que pode ampliar o acesso à TV pública: a TV social.

A TV social é uma nova forma de interação dentro da TV Digital. Para a TV pública ela pode se tornar mais uma ferramenta de inclusão do telespectador no ambiente de interatividade da televisão digital interativa, já que a TV social é uma integração das redes sociais com a TV Digital. É sabido que muitas comunidades virtuais usam as plataformas de relacionamento da internet (Facebook, Twitter) para discutir sobre os programas que assistem na televisão.

“Redes Sociais e Televisão Digital é uma parceria que tem tudo para dar certo, principalmente no

Brasil, onde a TV é uma espécie de totem familiar e as redes sociais se incorporaram à dinâmica do cotidiano nacional, quando existem mais aparelhos celulares do que habitantes, e a internet já alcança 40 milhões de usuários (TAVARES, 2011, p. 168-169). ”

Assim, é possível para a TV pública digital usar também as redes sociais para ampliar e melhorar a produção de conteúdo e permitir aos espectadores saírem do modo passivo de ver TV e se tornarem agentes ativos, interferindo de forma positiva e colaborativa no conteúdo dos programas que assistem. Podem ainda personalizar a TV de acordo com as recomendações que recebem das comunidades virtuais que podem ter o papel de programadoras.

Vemos aqui outra possibilidade de trabalhar a inclusão social e digital, através de um sistema público de comunicação juntamente com a convergência da televisão com a internet. As aplicações interativas podem ampliar-se e estabelecer uma rede de usuários – não mais telespectadores – que canalizam as informações de acordo com seus interesses e os da comunidade de que participa. TAVARES (2011, p.166) expõe algumas características para a TV social. São elas: “engajamento social; abertura ao debate interativo; preocupação com a qualidade contéudística da programação; e a interação permanente com as redes sociais. Abrem-se, então, novas fronteiras comunicacionais na forma de novas opções interativas”.

O diálogo entre TV pública e TV Digital Interativa está apenas no começo. Temos que pensar quais são as possibilidades e desafios para que a TV pública se estabeleça, enquanto televisão pública e aberta com conteúdo de qualidade, a partir da inserção das novas tecnologias e da convergência das ferramentas de comunicação para ampliar o acesso da população à educação, cultura e entretenimento, para que no final as pessoas (cidadãos) estejam incluídas neste processo por completo.

Considerações Finais

Devemos pensar, então, quais são os desafios para a TV pública em tempos de convergência e mudança nos processos de produção. O primeiro desafio seria

estabelecer políticas públicas de comunicação que incluam os recursos oferecidos pela televisão digital interativa; ter maior autonomia financeira para produzir conteúdo de qualidade deve fazer parte da nova agenda da televisão pública brasileira.

O primeiro passo já foi dado com a criação da Empresa Brasil de Comunicação e a Rede Nacional de Comunicação Pública, que é composta pelas TVs universitárias e comunitárias filiadas à TV Brasil. Mas ainda é necessário reformular a lei da radiodifusão brasileira, de forma a oferecer maior independência para as TVs públicas no Brasil.

Em relação às possibilidades, podemos considerar que uma televisão pública digital interativa pode aumentar a democracia na relação poder público e sociedade; criar uma grade de programação com mais conteúdo e qualidade, além de usar a interatividade da TV Digital para criar uma relação dialógica entre o poder público e os cidadãos.

A universidade e a sociedade devem se unir para reconstruir a TV pública e a radiodifusão brasileira e, assim, expandir o alcance da educação, cultura e entretenimento com a produção de programas de TV focados no interesse dos cidadãos. É importante disseminar para a sociedade o que é a comunicação pública e a missão de uma TV pública.

Já que as TVs universitárias e comunitárias estão mais próximas da população, elas poderiam iniciar o processo de democratização da comunicação, difundindo uma produção de conteúdo mais colaborativa e estimulando a sociedade a participar da construção de uma televisão participativa em que os usuários têm o poder de interferir no desenvolvimento de conteúdos interativos com baixo custo e grande qualidade de imagem e som. Por fim, introduzir as redes sociais na TV pública digital, no sentido de complementar o papel ativo dos usuários e integrá-los na sociedade e nas novas tecnologias, será um passo importante, no sentido de adotar as novas tendências interativas, de modo a oferecer novas alternativas comunicacionais e informacionais, que podem trazer uma prática dialógica mais atrativa e mais lúdica porque calcada nessa nova cultura participativa. Com isso, a TV pública tem a possibilidade de abrir novas perspectivas para o desenvolvimento da televisão aberta no país.

REFERÊNCIAS

- CANNITO, Newton G.. A Televisão na Era Digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio. São Paulo: Summus, 2010.
- CARRATO, Ângela. A TV Pública e seus inimigos. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/AngelaCarrato.pdf> Acesso em: 23/05/2012.
- EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. PONTO BRASIL: programa de TV dos Pontos de Cultura.
- MOURA, Sandra e Feitosa, Madrilena. Contribuições para a construção de uma televisão interativa e de qualidade. João Pessoa: Ed. UFPB, 2010.
- PERDIGÃO, Alberto. Comunicação Pública e TV Digital: interatividade ou imperatividade na TV Pública. Fortaleza: EDUECE, 2010.
- SANTOS, Márcio C. dos. A Televisão Digital Interativa no Brasil: possibilidades de consolidação e contradições no encontro das políticas públicas com o mercado e o olhar do espectador. Revista Contemporânea – Ed. Eletrônica 17 – v. 09 – nº 1, Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_17/contemporanea_n17_08_carneiro.pdf
- SILVA, Marco. Que é Interatividade. Boletim Técnico do Senac Volume 24 – Número 2 - Maio/Agosto 1998. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/242/boltec242d.htm> > Acesso em 17/04/2012.
- TAVARES, Olga M. A TV Universitária Digital Interativa & Redes Sociais: a convergência possível. Revista Verso e Reverso – v. 25 – nº 60, Rio Grande do Sul: Unisinos, 2011, p.165-171. Disponível em: <http://www.unisinos.br/revistas/index.php/versoereverso/article/view/ver.2011.25.60.03/597> Acesso em: 20/05/2012
- _____. A TV Pública Digital e a Convergência Comunitária. ECO-Pós – v. 12 – nº2, São Paulo: UFRJ, 2009, p. 98-109. Disponível em: [http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=viewFile&path\[\]=265&path\[\]=268](http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=viewFile&path[]=265&path[]=268) Acesso em: 10/05/2012
- TORRES, Rodrigo M. de M. Televisão pública no Brasil: estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. Revista Contemporânea – Ed. Eletrônica 2009.1 - nº 12, Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Disponível em: <http://www.astralbrasil.org/documentos/televisaopublicanobrasil.pdf> Acesso em: 23/05/2012.